



Audiências em maio sobre a LDO de 2013

Já estão marcadas audiências públicas para os dias 4, 14 e 25 de maio que discutirão a Lei de Diretrizes Orçamentárias do município para o exercício de 2013. **Página 4**

Projeto de lei prevê prédios sob fiscalização

Para evitar uma tragédia como a do desmoronamento de três prédios no Rio, o vereador Rodrigo Farah propõem a vistoria periódica de edifícios de Niterói. **Página 7**

Dia do Artesão é festejado pela Câmara

Os artesãos de Niterói foram homenageados pela passagem do dia nacional da categoria, representados por Maria Lúcia Tavares, da Casa do Artesão. **Pág. 6**

Concessionária de água tem novo diretor

Vereadores receberam a visita do novo superintendente de Águas de Niterói, Nelson Gomes. O falecido Dante Luvisotto passou a dar nome a uma rua no Badu. **Página 14**



Especialistas falam sobre Direito e marketing eleitoral

O jornalista Gustavo Fleury fala sobre o marketing eleitoral e o uso das redes sociais para políticos se comunicarem com os eleitores

A Câmara de Vereadores promoveu palestra com especialistas em marketing eleitoral, incluindo comunicação, legislação e redes sociais, que atraiu o interesse de políticos, pré-candidatos, coordenadores de campanha, assessores de imprensa e representantes dos partidos. O advogado Alexandre Ramos, especializado em Direito Eleitoral, Administrativo e Constitucional alertou que as multas impostas pelo Tribunal Superior Eleitoral àqueles que descumprirem as normas vão de R\$ 5 mil a R\$ 25 mil se a campanha for antecipada, isto é, começar antes da data permitida, em 6 de julho. O jornalista Gustavo Fleury, autor dos livros *“Eleições 2006: do factual ao virtual”*, *“Eleições 2008: o Brasil e o efeito Obama”*, e *“Eleições 2010: fatos reais, estratégias eletrônicas e ações profanas”*, lembrou que informação é a base de qualquer campanha eleitoral. Depois vêm a propaganda. **Páginas 2 e 3**

Guardas municipais e PMs reforçam segurança

A Câmara de Vereadores aprovou o pagamento de Gratificação por Regime Especial de Trabalho (RET) a agentes da Guarda Municipal, os quais, segundo a mensagem do prefeito Jorge Roberto Silveira, tiveram suas atribuições ampliadas consideravelmente com o aumento da criminalidade. Para combater a violência, a prefeitura também con-

tratou com PMs que passaram a trabalhar em seus dias de folga na corporação para o reforço do policiamento de Niterói, atendendo à sugestão dos vereadores Renato Cariello, presidente da Comissão de Segurança e Controle Urbano; Paulo Bagueira, presidente do Legislativo; Luiz Carlos Gallo e Vítor Júnior. **Página 5**

Câmara Municipal de Niterói

Mesa Diretora

Biênio 2011/2012

Presidente: Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal

1º Vice-presidente: Carlos Alberto Pinto Magaldi

2º Vice-presidente: Padre Wilde Ricardo

1º Secretário: Emanuel Rocha

2º Secretário: Sergio Fernandes

Comissões Permanentes:

Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final

Presidente: Rodrigo Farah

Vice-presidente: Renato Cariello

Membros: André Diniz, Carlos Alberto Magaldi, e Roberto Fernandes Jales (Beto da Pipa)

Comissão de Finanças e Orçamento, Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte

Presidente: Carlos Macedo

Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Membros: Sergio Fernandes, Waldeck Carneiro e Emanuel Rocha.

Comissão de Urbanismo, Transportes, Obras e Serviços Públicos

Presidente: Roberto Fernandes Jales (Beto da Pipa)

Vice-Presidente: Carlos Macedo

Membros: Renato Cariello, Rodrigo Farah e José Vitor Bissonho Júnior

Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade

Presidente: Edgar Foly

Vice-Presidente: Roberto Jales (Beto da Pipa)

Membros: Carlos Macedo, Milton Carlos Lopes (CAL) e Padre Wilde Ricardo

Comissão de Educação e Cultura

Presidente: José Vitor Bissonho Júnior

Vice-Presidente: Waldeck Carneiro

Membros: Sergio Fernandes, Carlos Macedo e Padre Wilde Ricardo

Comissão Administração, Estatística e Servidores Públicos

Presidente: José Augusto Vicente

Vice-Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas

Membro: João Gustavo

Comissão de Saúde e Desenvolvimento Social

Presidente: João Gustavo

Vice-Presidente: Geivaldo R. de Freitas (Renatinho)

Membros: Emanuel Rocha, Rodrigo Farah e Waldeck Carneiro

Comissão de Ciência e Tecnologia e Formação Profissional

Presidente: Waldeck Carneiro

Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Membro: Sergio Fernandes

Comissão de Esporte, Turismo e Lazer

Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas

Vice-Presidente: Geivaldo R. de Freitas (Renatinho)

Membro: Carlos Alberto P. Magaldi

Comissão de Segurança Pública e Controle Urbano

Presidente: Renato Cariello

Vice-Presidente: Carlos Alberto P. Magaldi

Membro: José Augusto Vicente

Comissão de Direitos Humanos, da Criança, do Adolescente, do Idoso, da Mulher e da Pessoa com Deficiência

Presidente: Geivaldo Ribeiro de Freitas (Renatinho)

Vice-Presidente: Padre Wilde Ricardo

Membros: Luiz Carlos Gallo de Freitas, José Vitor Bissonho Júnior e Waldeck Carneiro

Comissão de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas

Presidente: André Diniz

Vice-Presidente: José Augusto Vicente

Membro: Milton Carlos Lopes (CAL)

Comissão de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval

Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Vice-Presidente: Renato Cariello

Membro: Waldeck Carneiro

Avenida Emani do Amaral Peixoto nº 625 Centro, Niterói, RJ - CEP: 24020-073

Tel: (21) 3716-8600 - www.camaraniteroi.rj.gov.br

Informativo mensal da Câmara de Vereadores de Niterói

Assessoria de Comunicação Social (jornalista responsável: Vinicius Martins)

Criação: Identgraf Design e Impressos Ltda

Editor: Gilberto Fontes - Textos: Eduardo Garnier - Fotos: Sérgio Gomes e Arquivo da Câmara

Câmara em revista® é uma publicação que visa aproximar a população das atividades do Legislativo niteroiense.

Com circulação mensal, as edições cobrem temas como audiências públicas, principais projetos de lei em discussão e vistorias das comissões, levando transparência e mais informação para os cidadãos.

Marketing e as no

Pedir voto publicamente ao eleitor somente após 6 de julho. Cavaletes nas ruas apenas entre às 6h e 22h, desde que não prejudique o ir e vir dos pedestres e tenha alguém vigiando o painel. Propagandas em bancas de jornais, táxis e ônibus são proibidas. Carros de som são permitidos das 8h às 22h, respeitando os limites impostos ao som pelas prefeituras locais. Nas redes sociais, Orkut, Facebook e Twitter, será permitida a campanha também após 6 de julho, lembrando que o direito de resposta deve ser observado.

Essas e outras informações básicas para os candidatos foram tema da palestra proferida pelo jornalista Gustavo Fleury, que trabalhou na Assessoria de Imprensa do Congresso Nacional, e pelo advogado Alexandre Ramos, especializado em Direito Eleitoral, Administrativo e Constitucional.

— Pessoalmente liguei para diversos presidentes de partido e enviamos um convite formal. Acho que o Poder Legislativo deu uma importante contribuição para o processo eleitoral. Quem não participou perdeu uma excelente oportunidade de tirar muitas dúvidas — disse o presidente Paulo Bagueira.

Com o Plenário Brígido Tinoco da Câmara lotado por vereadores, pré-candidatos, coordenadores de campanha, assessores, presidentes de partido da cidade, cabos eleitorais e demais envolvidos no processo, o marketing e o direito eleitoral foram exemplificados e debatidos.

— Pré-campanha é o mesmo que campanha antecipada. Existe uma linha tênue entre o que é poder econômico, que sempre será utilizado, e o que caracteriza abuso. A Justiça Eleitoral, em primeira instância, tenta coibir como pode, mas o Tribunal Superior Eleitoral é o foro maior — explicou Alexandre Ramos.

Marketing eleitoral Normas para 2012



O advogado Alexandre Ramos, especialista em Direito Eleitoral, adverte que o TSE e o tribunal regional fiscalizam e coíbem as práticas que a lei considera uso abusivo de poder econômico nas campanhas políticas.

Os candidatos devem ficar atentos, pois as multas impostas variam de R\$ 5 a R\$ 25 mil. Segundo o palestrante, deve-se avaliar os riscos e a necessidade de uma campanha antecipada.

— Para os detentores de mandato considero desnecessária a exposição antes do permitido em lei — avalia Ramos. As redes sociais, como o Twitter, por exemplo, podem abordar temas do dia a dia da cidade a qualquer momento. Pedir votos, no entanto, somente após 6 de julho.

Gustavo Fleury, autor de livros sobre eleições e campanhas, explicou a importância do marketing eleitoral. “O marketing estuda

o movimento do mercado, as tendências, os desejos e as necessidades. Informação é sempre a base de qualquer campanha eleitoral. O passo seguinte será entregar os resultados à comunicação e à propaganda. Muito candidato confunde o período eleitoral como tempo de plantar. Ao contrário eleição determina a hora de colher o que já foi plantado”, assegura Fleury.

Para ele, um bom planejamento da campanha é o mais importante. “É possível, com estratégia, prever os ataques e ter pronta a defesa. Saber o que pensa e o que deseja o eleitor. Nas redes sociais, uma coisa ainda nova, é necessário ouvir, dialogar, e ter cuidado com o que diz”, ressalta Gustavo.

O marketing político é dividido em eleitoral, pós-eleitoral e institucional. “A lei não proíbe a divulgação das ações executivas e legislativas em publicações próprias, como revistas, jornais e boletins, só veda o pedido de voto”, destaca o especialista em propaganda política.

Fleury é autor dos livros “Eleições 2006: do factual ao virtual”, “Eleições 2008: o Brasil e o efeito Obama”, e “Eleições 2010: fatos reais, estratégias eletrônicas e ações profanas”. Ramos é pós graduado pela Escola Paulista de Direito, foi presidente da Comissão de Direito Político e Eleitoral da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, em Guarulhos.



LDO vai passar por audiências públicas

Como determina o Estatuto das Cidades, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vai ser discutida em três audiências públicas marcadas para os dias 4, 14 e 25 de maio. Promovidas pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara, as audiências servem para explicar as propostas do Executivo e para que a sociedade organizada promova a apresentação de emendas.

— A LDO traça as metas para o exercício financeiro do ano seguinte, define as prioridades, os programas e todo o cronograma de investimentos do governo. É importante a participação da população nas audiências públicas — explica o vereador Carlos Ma-



Vereador Carlos Macedo (ao centro) preside uma das audiências da LDO realizada no ano passado

cedo, presidente da Comissão.

Com base na LDO será elaborado no fim do ano o Orçamento para o exercício financeiro de 2013.

Segundo o texto da mensagem executiva 18/2012 encaminhada à Câmara, a receita estimada para o exercício financeiro do ano que vem é da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Para os cálculos da estimativa, projetou-se a receita de 2013 as receitas do Tesouro para exercício de 2012 corrigidas monetariamente.

Ainda conforme a mensagem, as estimativas das receitas próprias e das rendas

transferidas são de caráter preliminar, “uma vez que ainda não se faz possível montar cenário seguro, sobre o comportamento da economia ao longo do exercício em curso”, ressalta o documento.

“Esta mesma metodologia foi utilizada na projeção das receitas de outras fontes de recursos. Para os exercícios de 2014 e 2015 estimamos aumentos de 5%, em comparação com 2013 e 2014 respectivamente. Para a Dívida Consolidada para 2013, projetou-se o mesmo percentual de 5,24% sobre o valor realizado no exercício de 2011. Foram mantidos os percentuais de 5% para os exercícios de 2014 e 2015”, destaca o texto na parte referente à metodologia.

Gastos previstos para o exercício de 2013

- Ações culturais – R\$ 12,6 milhões
- Caminho Niemeyer – R\$ 6,8 milhões
- Mobilidade urbana – R\$ 15,8 milhões
- Pistas seletivas – R\$ 2,1 milhões
- Mergulhão e outras ações - R\$ 2,5 milhões
- Terminais rodoviários – R\$ 2.3 milhões
- Ensino fundamental - R\$ 69,7 milhões
- Expansão da rede - R\$ 45,6
- Educação infantil - R\$ 17 milhões
- Modernização da rede de saúde - R\$ 100 milhões
- Vigilância em saúde - R\$ 3,1 milhões
- Prevenção a violência - R\$ 1,3
- Urbanização e assentamento - R\$ 152 milhões
- Programa Cidade Urbanizada - R\$ 194 milhões
- Programa Cidade Limpa - R\$ 62 milhões
- Destinação final de resíduos sólidos - R\$ 31 milhões

Guarda municipal vai ganhar gratificação

Os vereadores aprovaram em abril o pagamento de Gratificação por Regime Especial de Trabalho (RET) para agentes da Guarda Municipal de Niterói. A mensagem-executiva 13/2012 estabelece o pagamento de 20% aos vencimentos para os servidores lotados especificamente na Guarda.

Segundo o texto aprovado, não terão direito a gratificação os agentes que estiverem cedidos ou à disposição de outros órgãos. A lei aprovada prevê, ainda, em seu artigo 3º, que a RET será suspensa quando o guarda for punido disciplinarmente com transgressão considerada grave; entrar em gozo de licenças especiais; for afastado do serviço por mais de 48 horas; e faltar ao serviço por mais de 48 horas sem apresentar uma justifica-



O guarda municipal e PMs contratados pela prefeitura através do Proeis patrulham as ruas de Niterói

tiva que seja plausível.

Em suas considerações, o prefeito Jorge Roberto Silveira alega que a violência em Niterói “vive uma escala sem precedentes na história do município, assustando não apenas a população mas, também, as autoridades. É nosso dever dar uma resposta rápida a esta situação”.

Levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Segurança e Controle Urbano aponta que os bairros com maior incidência de aumento da criminalidade

são o Centro, com assaltos nas saídas de agências bancárias; Icaraí, com roubo de veículos; e o bairro de São Francisco, com assaltos a residências.

— Os serviços atribuídos aos guardas municipais, considerando o aumento da criminalidade, aumentaram consideravelmente e, com isso, o acréscimo de cuidados e segurança para com a população foram revistos, exigindo um novo modelo de atuação, caracterizado por situação extrema de empregar o servidor de forma especial”, diz o texto da mensagem.

Mais PMs nas ruas da cidade contra violência

As ruas ganharam reforço no policiamento ostensivo no início de maio. Convênio assinado entre a Prefeitura de Niterói e o Governo do Estado garantiu a contratação de 100 policiais militares para o combate à violência. A proposta começou a sair do papel através de indicação legislativa apresentada pela Câmara. Em 2011, os vereadores Renato Cariello, presidente da Comissão de Segurança e Controle Urbano; Paulo Bagueira, presidente do Legislativo; Luiz Carlos Gallo e Vítor Júnior, sugeriram ao prefeito Jorge Roberto Silveira que o município aderisse ao Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis).

— Foi uma iniciativa extremamente feliz da Câmara e do Executivo. Nesse primeiro momento, 100 homens vão trabalhar de forma extraordinária, tanto com outras equipes do 12º Batalhão quanto em apoio à Guarda Municipal. Em pouco tempo acredito que as pessoas já sentirão uma sensação de segurança bem maior e, conseqüentemente, os

índices de violência tenderão a cair — diz Cariello.

O complemento salarial para os militares envolvidos será pago com recursos municipais. Para Cariello, o convênio supre a carência de policiais na área de atuação do batalhão de Niterói, que também responde pelo município de Maricá. “O Estado sempre manifestou a intenção de trabalhar de forma conjunta com os municípios na questão da segurança pública. Os últimos atos de violência acenderam a luz de alerta e o momento não poderia ser mais apropriado”, disse o vereador. Inicialmente o reforço do policiamento vai acontecer nos bairros de Icaraí, Ingá, Centro e Fonseca; além da Região Oceânica. Até o fim do mês o número de PMs extras deve chegar a 120, podendo chegar a 200.

O Decreto Estadual 42.875/2011 instituiu o Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), criando a Gratificação Especial Temporária de Participação no Programa. Será paga mensalmente aos PMs que, voluntariamente, cumprirem turnos adicionais em escala diferenciada, com base em convênios firmados entre Estado e municípios. **(Na pág. 10, Gallo reclama da demora de o governador resolver a questão da violência em Niterói)**



Dia nacional do artesão é festejado

O Dia Nacional do Artesão não foi esquecido pela Câmara de Vereadores. Durante sessão plenária realizada em 20 de março, um dia depois da data comemorativa, os artesãos de Niterói foram homenageados na pessoa de Maria Lucia Tavares, a Malu, presidente do Espaço do Artesão.

Aprovadas por todos os vereadores, foram entregues à Malu duas honrarias. A primeira, de autoria do vereador Rodrigo Farah, concedeu Moção de Congratulações e Aplausos; já a segunda, de Wal-



Maria Lucia Tavares recebe a homenagem dos vereadores em nome de todos os artesãos da cidade

deck Carneiro, o Título de Cidadã Benemérita.

O presidente do Legislativo, Paulo Bagueira, lembrou do tempo em que trabalhava, com a irmã, na Feira de Artesanato do Campo de São Bento.

O Espaço do Artesão foi criado em 2008 e funciona na Praça do Rink, no Centro da cidade. Ali são realizadas oficinas, exposições, palestras e venda de produtos confeccionados pelos mais diversos artistas artesanais.

O dia 19 de março foi escolhido pela categoria em função de ser o Dia de São José Carpinteiro.

O vereador Waldeck lembrou lei aprovada pela Câmara que garante a presença de artesãos em grandes eventos, feiras e exposições realizadas em Niterói.

Emocionada, Malu enfatizou que a homenagem recebida era “de todos os artesãos” e que “a valorização do trabalho de cada um sempre será a conquista mais importante”.

Artesãos têm carteira do trabalho exclusiva

Em Brasília foi lançado o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab), novo cadastro único para facilitar a emissão da Carteira Nacional do Artesão e a Carteira Nacional do Trabalhador Manual.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) lançou a ferramenta para facilitar o acesso dos trabalhadores a cursos de capacitação, feiras e eventos de comercialização do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB).

O MDIC trabalha também no mapeamento da atividade no Brasil, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O primeiro mapa do artesanato brasileiro foi



Tatiana Quintiliano e Selma Lima produzem suas peças na Casa do Artesão, no Centro de Niterói

realizado a partir de dados da Pesquisa de Municípios (Munic), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mapa revelou que o bordado é a principal atividade artesanal em 75% dos municípios brasileiros e que aproximadamente 64% dos municípios possuem produção de artesanato. O artesão interessado em receber a carteira nacional deverá solicitá-la às Coordenações Estaduais do Artesanato, realizar uma prova prática e mostrar uma peça produzida.

Vistoria será exigida em prédios da cidade

Preocupada com a tragédia que matou 17 pessoas com a queda de três prédios no Centro do Rio, em janeiro, a Câmara de Vereadores propõe que todas as construções da cidade sejam vistoriadas periodicamente. Projeto de lei, proposto pelo vereador Rodrigo Farah, determina a realização de inspeções periódicas em prédios de Niterói. Se aprovado, todas as construções com mais de quatro andares, de uso misto, comercial, industrial ou público, terão que obter o Certificado de Inspeção Predial.

— O laudo técnico de certificação vai fazer um Raio X das condições da estrutura, subsolo, fachadas, esquadrias, empenas, marquises e telhados. As partes elétricas, hidráulicas, sanitárias, eletromecânicas, instalação de gás, prevenção de incêndios e outras situações serão vistoriadas. É um mecanismo para tentarmos evitar tragédias como a que aconteceu



Construção de um prédio abandonado na Rua da Conceição terá que passar por fiscalização

recentemente — explica o autor da lei.

Protocolado com o número 02/2012, o projeto propõe que construções com idade até 25 anos sejam vistoriadas a cada dez anos. Com mais de 25 anos as vistorias serão feitas a cada cinco anos. A lei prevê que a vistoria deverá ser realizada por engenheiro, arquiteto ou empresa legalmente habilitada e qualificada. Tanto o Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) quanto o

CAU (Conselho dos Arquitetos e Urbanistas) deverão avaliar as empresas e técnicos responsáveis pela vistoria.

— Verificada a existência de risco para moradores e o público, o responsável pela vistoria deve informar imediatamente aos órgãos municipais para isolamento da área, se necessário — prevê Farah. A proposta já foi lida em plenário e aguarda parecer das comissões específicas.

SUJEITOS À VISTORIA

- Residenciais com quatro ou mais pavimentos;
- De uso misto;
- Comerciais e industriais;
- Públicos.

O QUE SERÁ VERIFICADO

- Aspectos de segurança e de estabilidade estrutural geral;
- Elementos de fachada em espaços de uso público;
- Impermeabilização de coberturas;

- Instalações primárias, hidráulicas, elétricas e de combate a incêndio;
- Extintores, elevadores, condicionadores de ar, gases e caldeiras;
- Revestimentos internos e externos;
- Manutenção de forma geral.

QUEM NÃO CUMPRIR A LEI

- Notificação, com direito a 60 dias para regularização;
- Multa conforme o Código Tributário Municipal;
- Multa em dobro no caso de reincidência.



NO PLENÁRIO



André Diniz (PT)

André Diniz da Silva é autor da lei que obriga as agências bancárias e as instituições financeiras da cidade a instalarem, no espaço compreendido entre os caixas e os clientes que estão na fila de espera, um painel opaco, com no mínimo 1,80m de altura, de forma a impedir a visualização das pessoas que estão sendo atendidas nos caixas, a fim de aumentar a segurança dos clientes e das operações realizadas por estes.

A iniciativa, apresentada através do projeto de lei 55/2010, prevê que as instituições terão prazo máximo de 90 dias, contados da data da publicação da lei, para adequarem-se às novas exigências. O não cumprimento implicará em multa diária no valor de R\$ 1 mil por dia de descumprimento.

“Esta medida diminuirá, consideravelmente, a ocorrência dos assaltos conhecidos popularmente como *saidinha de banco*, pois, com a instalação dos painéis os assaltantes não terão como saber quais clientes estão realizando saques vultosos ou apenas efetuando pagamentos, não terão como repassar tais informações para aqueles que estão fora da agência bancária”, ressalta Diniz.

2620-6754

Gabinete 72

vereador@andrediniz.com.br



Bagueira (PPS)

Paulo Roberto de Mattos Bagueira Leal teve transformado em lei o projeto 92/2011, que obriga os centros de formação de condutores ou auto-escolas em funcionamento no município de Niterói, a disponibilizar para as pessoas com deficiência auditiva um profissional habilitado em tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Publicada no Diário Oficial de 23 de março com o número 2.926, a lei prevê que durante a realização de aulas, exames práticos para a obtenção de carteira de habilitação ou atendimento comercial, a pessoa com deficiência auditiva deverá ser acompanhada ou assistida por tradutor e intérprete de sinais. Os centros de formação de condutores de Niterói terão o prazo de 180 dias para adequação à legislação. Quem não cumprir terá negado alvará de licença ou funcionamento, até regularização da situação.

Bagueira também transformou em lei o projeto 142/2011, obrigando a colocação de cartaz, em local de acesso público e com fácil visualização e leitura, em todos os estabelecimentos que vendem bebidas energéticas alertando quanto aos riscos de seu consumo.

2613-6765

Gabinete 20

vereadorbagueira@gmail.com



Beto da Pipa (PMDB)

Roberto Fernandes Jales, o Beto da Pipa, está cobrando da Fundação Municipal de Saúde a aceleração das obras da Policlínica do Largo da Batalha, paralisadas há mais de dois anos. Após visita que fez ao local em março, acompanhado do secretário-executivo adjunto do prefeito e responsável pela fiscalização das obras, Euclides Bueno, os trabalhos foram retomados com previsão de término em seis meses. Enquanto durarem as obras o atendimento à população está sendo realizado no terreno ao lado.

Em abril do ano passado o vereador solicitou, através do requerimento 49/2011, informações sobre a paralisação da obra e a data para o recomeço. Em contato com o ministro Moreira Franco, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, solicitou ajuda junto ao Ministério da Saúde e, no início de 2012, nova licitação foi feita para dar continuidade às obras.

Em abril a nova secretária municipal de Saúde, Gisella Motta; o administrador regional do Largo da Batalha, Antonino Mendes; e o secretário Miguel Vitoriano, de Relações Institucionais, voltaram ao local com o vereador.

2620-3179

Gabinete 87

betodapipa@yahoo.com.br



Cal (PP)

Milton Carlos da Silva Lopes, o Cal, teve promulgada pela presidência do Legislativo niteroiense a Lei 2.928, publicada no Diário Oficial em 23 de março. Pelo texto aprovado fica proibido, quando da emissão de certidão negativa de tributos municipais pela Prefeitura de Niterói, a citação das palavras "Sob Ação Fiscal".

O artigo primeiro do projeto ressalta que a pessoa jurídica está inicialmente sob fiscalização, portanto, não existindo nenhuma irregularidade até o término das investigações. "As empresas sofriam constrangimento e ficavam impossibilitadas de participarem de concorrências públicas, o que causava enormes prejuízos financeiros. A imagem das firmas também ficava comprometida e, mesmo que não viesse a ser provado nada contra elas, o estrago já estaria feito", explica o vereador Cal, justificando a derrubada do veto ao projeto de 251/2011, que deu origem à lei.

Cal é presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval, e continua acompanhando o embate entre metalúrgicos e portuários que disputam áreas pertencentes ao Grupamento Aero-marítimo e a Escola de Oficiais da PM, perto da Rodoviária Roberto Silveira.

2622-2911

Gabinete 36

vereadorcalcamaradeniteroi@yahoo.com.br



Carlos Macedo (PRP)

Carlos Alberto de Macedo é autor do projeto de lei 254/2011, que ainda se encontra tramitando pela Casa. A proposta pretende vedar a distribuição, nos estabelecimentos da rede pública municipal de ensino de Niterói, de quaisquer publicações, filmes ou outro tipo de material que contenham orientações sobre qualquer tipo de diversidade sexual.

Caberá ao Poder Executivo a responsabilidade pelo fiel cumprimento dessa lei. Segundo o projeto, o descumprimento à presente lei implicará na abertura de procedimento investigatório, visando apurar as responsabilidades pelo ato ilegal praticado.

"Atualmente, estamos vivendo momentos de claro desrespeito às famílias tradicionais. Diariamente, nos deparamos com situações adversas à educação que recebemos dos nossos pais ao longo dos anos. A escola é a continuação de nosso lar, onde desde pequenos contamos com os professores para nos aplicar, além do ensino, também lições de boas maneiras que servirão para nos guiar durante toda nossa trajetória de vida, e isto não deve ser alterado", diz Carlos Macedo.

2613-6814

Gabinete 50

carlosmacedo1@oi.com.br



Edgar Foly (PDT)

Edgar Foly é autor do projeto de lei 77/2004 que institui a licença-maternidade especial, para servidoras municipais que são mães de bebês prematuros. Para efeitos desta lei, considera-se prematuro o recém-nascido por tempo de gestação ou por questões de peso.

A licença maternidade especial será concedida mediante inspeção médica, com vencimento e vantagens integrais, pelo prazo de quatro meses, totalizando 120 dias, acrescidos do período que compreende da data do nascimento até a data da alta médica ou do óbito do nascituro. No caso de aleitamento materno, a licença será prorrogável por, no mínimo, 30 dias.

"O presente projeto tem por objetivo prolongar o período de concessão da licença-maternidade para servidoras municipais em caso de parto antecipado, possibilitando, com isso, condições mais adequadas ao desenvolvimento emocional, físico e mental desses bebês", explica o vereador.

Edgar Foly esteve licenciado de suas funções legislativas enquanto atuou como secretário regional de Santa Bárbara, Caramujo e Ititoca. Reassumiu seu mandato na Câmara em abril.

2620-1321

Gabinete 25

edgarfolly@globomail.com



NO PLENÁRIO



Emanuel Rocha (PDT)

Emanuel Jorge Mendes da Rocha apresentou o projeto de lei 234/2011 para que as escolas públicas sejam obrigadas a realizar o Teste de Avaliação Ortopédica da Coluna, conhecido como Teste do Minuto. Os testes serão realizados quando do ingresso da criança na educação infantil e no início e término dos ensinamentos Fundamental e Médio. Os recursos necessários à implantação deverão constar do orçamento da Fundação Municipal de Educação.

“Atualmente, a grande incidência de problemas de desvio da coluna em alunos, na maior parte diagnosticados como escoliose infantil ou juvenil, tem preocupado o Ministério da Saúde e a classe médica especializada, que nos alertaram para as consequências de não se identificar e corrigir em tempo hábil, por exemplo, vícios de postura em carteiras escolares e excesso de peso de material escolar, também uma das mais graves causas do significativo aumento de crianças e jovens com sérios problemas de coluna.

O Teste de Adams consiste numa avaliação ortopédica da coluna dos alunos, que dura não mais de um minuto”, explica Emanuel.

2620-7313

Gabinete 80

dremanuelrocha@predialnet.com.br



Gallo (PDT)

Luiz Carlos Gallo de Freitas apresentou duas moções de repúdio ao governador Sérgio Cabral Filho por conta dos problemas envolvendo a área de segurança do município. A primeira, de número 166/2008, chama atenção para a “ineficiência da política de segurança para Niterói”. A segunda, 297/2011, destaca a “insensibilidade, inabilidade e incapacidade” para resolver as demandas do Corpo de Bombeiros.

“Em que pese a importância política de Niterói no contexto da segurança, a cidade não tem sido atendida nas suas mínimas necessidades. Em razão do abandono a que estão relegados os aparelhos de segurança, nossa população não sofre apenas com os criminosos locais, mas especialmente com a invasão de bandidos da Região Metropolitana, que aqui encontram solo fértil para suas ações”, reclamou o vereador.

Gallo acrescentou ser “visível e cristalino que não existe uma política de segurança voltada especificamente para Niterói, deixando a população ultrajada, como nos recentes episódios de assaltos em São Francisco e invasão de residências na Região Oceânica ou nos assassinatos em Icaraí”, alertou o vereador.

2620-4729

Gabinete 47

vereadorgallo@euvotogallo.com.br



João Gustavo (PPS)

João Gustavo Braga Xavier Pereira teve lido em plenário o projeto de lei 01/2012 sobre o tombamento do imóvel sede do Clube de Regatas Icaraí, localizado na Praia de Icaraí. Alega o vereador que o prédio é tradicional e de extremo valor afetivo para a comunidade niteroiense.

“O Clube de Regatas Icaraí foi fundado em 11 de junho de 1895, na cidade de Niterói. Foi campeão da terceira divisão carioca em 1916. O Regatas Icaraí já foi uma grande potência no remo. Dentre os esportes praticados no clube, a natação merece especial destaque. O clube conta com uma equipe de atletas master de altíssima qualidade, tendo, nos últimos anos, obtido posições de destaque no campeonato estadual da categoria”, justifica João Gustavo.

O vereador também é autor do pedido de tombamento do Bar Chalé, considerado por ele um “centro de convivência” dos icaraíenses. “Figuras destacadas da sociedade, como o arquiteto Levi Menezes e o cineasta Néelson Pereira dos Santos, marcaram presença no espaço hoje ocupado, especialmente por renomados médicos, variando de paisagem humana”, diz João Gustavo.

2620-3732

Gabinete 58

gabinete@vereadorjoagustavo.com.br



José Augusto Vicente (PPS)

José Augusto Tavares Vicente é autor da lei que regula a instalação, utilização e funcionamento de cercas eletrificadas destinadas à proteção de bens imóveis em Niterói. Com a nova legislação cercas eletrificadas somente serão autorizadas mediante aprovação de requerimento endereçado à Secretaria Municipal de Urbanismo, acompanhado de projeto elaborado e assinado por responsável técnico, habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA).

Devem integrar o projeto a anotação de responsabilidade técnica; tipo de corrente elétrica a ser utilizada; e especificação de potência máxima. Nos casos em que a instalação da cerca eletrificada se der em linhas ou benfeitorias divisórias de imóveis ou de propriedades, a mesma deverá ser instalada com inclinação de quarenta e cinco graus para dentro do imóvel beneficiado.

“Um grande número de residências, principalmente na Região Oceânica, vinha adotando esse sistema de proteção e defesa, sem, contudo, estar amparado por uma legislação que concedesse este direito e, ao mesmo tempo, regulasse o funcionamento do sistema”, explica o autor.

2613-6718

Gabinete 85

joseaugustovicente@hotmail.com



Magaldi (PP)

Carlos Alberto Pinto Magaldi é autor dos projetos de lei 30 e 45, ambos de 2004, determinando a realização dos testes da Orelhinha e do Olhinho em crianças nascidas em maternidades e hospitais de Niterói. O exame de emissões otoacústicas, conhecido como Teste da Orelhinha, é o método mais eficaz para detectar deficiências auditivas em bebês ainda nos primeiros dias de vida.

“Em cada mil recém-nascidos, de dois a seis apresentam algum tipo de perda auditiva e, no caso dos internados em UTI neonatal, os índices são mais alarmantes, sobem de dois para três em cada cem”, afirma Magaldi.

Já o Teste do Olhinho, ou Teste do Reflexo Vermelho, que detecta a presença de catarata e glaucoma, torna obrigatório o encaminhamento para cirurgia na rede municipal, no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da data do exame.

“O procedimento é simples, não requer aparelhagem sofisticada e, sendo feito ainda na sala do parto, detecta doenças oculares como a retinopatia da prematuridade, catarata, glaucoma, infecções, traumas de parto e até cegueira”, explica o vereador.

2622-9760

Gabinete 44

vereadormagaldi@yahoo.com.br



Padre Ricardo (PDT)

Wilde Ricardo Rocha, o Padre Ricardo, é autor do projeto de lei 220/2010 instituindo a obrigatoriedade da realização de Campanha Educativa Antidrogas durante shows e outros eventos públicos onde ocorra grande aglomeração de pessoas. O objetivo é conscientizar a população sobre os malefícios e riscos de substâncias entorpecentes e alucinógenas.

As substâncias a que se refere a lei são as bebidas alcoólicas consumidas em grande escala e aquelas conhecidas comumente como maconha, cocaína, haxixe, lança perfume, crack, ecstasy, dentre outras.

“O problema das drogas em toda a sua extensão, da produção ao consumo, é uma corrente de males de caráter pessoal e estrutural. Um verdadeiro mal que atenta contra a vida e a dignidade humana, por isso a luta contra as drogas é dever de todos, cada um segundo a responsabilidade que lhe cabe. O Poder Público, através da Câmara, toma a iniciativa de integrar-se aos movimentos que procuram, efetivamente, atuar na prevenção e na erradicação das drogas. A droga é um voto interior de evasão e sufoca a essência do espírito muito antes da destruição física”, disse o autor.

2620-0196

Gabinete 35

vereador.padrericardo@gmail.com



Renatinho (PSOL)

Gezivaldo Ribeiro de Freitas, o Renatinho, é autor da lei que considera patrimônio cultural de interesse público, para fins de tombamento de natureza imaterial, a pesca artesanal praticada na Praia de Itaipu, na Região Oceânica de Niterói. Pelo projeto 263/2010, entende-se por pesca artesanal aquela praticada como principal meio de vida, onde o pescador trabalha de modo autônomo na captura e comercialização de espécies aquáticas, individualmente, em regime de economia familiar, ou com auxílio eventual de parceiros sem vínculo empregatício, explorando o ambiente localizado próximo à costa marítima, pela peculiaridade das embarcações e técnicas utilizadas.

“A pesca artesanal no mar e na laguna de Itaipu, ali registrada há várias gerações, resiste, garantindo não só uma profissão, mas um modo de vida tradicional, associado às condições ambientais desses ecossistemas. Caracteriza-se, principalmente, pelo uso de instrumentos simples por pescadores autônomos, atuando sozinho ou em parcerias, e pelo sistema de remuneração através da divisão da produção em partes”, explica o autor da lei, Renatinho.

2620-5074

Gabinete 68

mandatorenatinho@yahoo.com.br



Renato Cariello (PDT)

Renato Ferreira de Oliveira Cariello, presidente da Comissão de Segurança e Controle Urbano da Câmara, é autor da lei tornando obrigatória a instalação de câmeras de vídeo em hospitais, clínicas, maternidades, berçários e unidades de terapia intensiva neonatal, públicas ou privadas em Niterói.

O equipamento funcionará, ininterruptamente, fazendo o monitoramento das áreas de atendimento, nos corredores, entrada e saída dos hospitais, bem como demais áreas de uso comum. As imagens captadas, com o registro de todas as atividades ali realizadas, deverão ser gravadas em fitas magnéticas, sendo elas separadas por data de filmagem e mantidas em arquivo por um prazo de até 30 dias.

“O presente projeto tem o objetivo de proporcionar, não só maior segurança, como tranquilidade aos pacientes e familiares usuários do sistema de saúde em nosso município. É sabido por muitos, os diversos casos de descuido e negligência por parte de entidades que não têm o controle de entrada e saída dos usuários”, justifica Cariello. A iniciativa é fruto do projeto de lei 27/2011.

2620-7935

Gabinete 67

renatocariello@oi.com.br



Rodrigo Farah (PMDB)

Rodrigo Flach Farah teve sancionada pelo Poder Executivo, através de ato publicado no Diário Oficial, a Lei 2.917, em 5 de janeiro de 2012. Pelo texto aprovado, os veículos de transporte escolar do município de Niterói, contratados para conduzir o aluno entre a residência e o estabelecimento de ensino em que esteja regularmente matriculado, e vice-versa, deverão conter cartaz exibindo os números de telefone da Ouvidoria Municipal e da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte.

Originária do projeto de lei 23/2011, a iniciativa prevê que os cartazes deverão possuir dimensões mínimas de 0,80 centímetros por 0,50 centímetros e com caracteres compatíveis que garantam a sua visualização à distância.

Devem ser afixados na parte externa, em locais de fácil visualização para o público em geral, e na parte interna pelos passageiros. Quem descumprir a lei estará sujeito à advertência, com a obrigação de adequação integral aos parâmetros estabelecidos no prazo máximo de 30 dias. Em casos extremos poderá ser suspenso o certificado de Registro, bem como a autorização para funcionamento.

2613-6832

Gabinete 42

vereadorrodrihofarah@gmail.com



Sérgio Fernandes(PDT)

Sérgio Fernando Damas Fernandes é autor dos projetos de lei 140/2010 e 275/2011 sobre questões ligadas ao direito dos consumidores. O primeiro deles estabelece a obrigatoriedade do fatiamento de frios, no ato da compra, na presença do consumidor, caso ele exija, nas padarias, mercados e supermercados da cidade, que empreguem, no mínimo, quinze funcionários. Já o segundo estabelece a obrigatoriedade de os mercados e supermercados, que possuem balança aferida junto à caixa registradora, dispor de balança para conferência do consumidor, próximo ao setor onde os produtos à peso são expostos.

“Inúmeros estabelecimentos em nossa cidade possuem balança aferida somente junto às caixas registradoras, impossibilitando ao consumidor a aferição precisa do peso do produto que está comprando, no local onde estão expostos à venda, tendo o mesmo, que se dirigir ao caixa, muitas vezes distante e com filas, para aferir o peso. Já sobre o fatiamento de frios, o projeto evita que no ato de sua compra, quando o consumidor assim exigir, não passe pelo constrangimento de não ser atendido”, explica Sérgio Fernandes.

2613-6782

Gabinete 51

vereadorsergiofernandes@yahoo.com.br



Vitor Júnior (PT)

José Vitor Vieira Bissonho Junior é autor do projeto que garante tratamento diferenciado e simplificado para as micro e pequenas empresas. O objetivo da lei é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional; a ampliação da eficiência das políticas públicas; e o incentivo à inovação tecnológica.

As contratações públicas destinadas às microempresas serão feitas por processo licitatório diferenciado, destinado, exclusivamente, àquelas cujo valor seja de até R\$ 80 mil.

“Este projeto tem como objetivo incentivar o comércio na cidade, que produz 60% das vagas de emprego com carteira assinada em nosso município. O microempreendedor individual poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais. Considera-se pequeno empresário individual quem tem receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36 mil, optante pelo Simples Nacional e no caso de início de atividades será de R\$ 3 mil multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início e o final da atividade do respectivo ano-calendário”, explica Vitor Júnior.

2613-6797

Gabinete 21

vereadorvitorjunior@gmail.com



Waldeck Carneiro (PT)

Waldeck Carneiro da Silva é autor da lei que assegura a presença de acompanhante junto à parturiente durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto imediato nas unidades de saúde públicas e particulares de Niterói.

Pelo teor do projeto as unidades de saúde da cidade ficam obrigadas a permitir a presença, junto à parturiente, de um acompanhante durante todo o período que envolve o nascimento da criança. O acompanhante será indicado pela parturiente. Ela, ou alguém de sua família, devem ser informados sobre a permissão da presença de acompanhante.

“Pretendemos, com tal propositura, dar maior tranquilidade à parturiente em um momento muito especial de sua vida, mas, como se sabe, de grande tensão, pois o trabalho de parto gera ansiedade, vulnerabilidade e muitas vezes acarreta depressão. Com isso, é de suma importância a presença de uma pessoa da confiança da parturiente, que lhe possa dar força e acalmá-la, no momento em que tanto precisa. Tal medida contribui, não só para que tudo transcorra da melhor forma possível, como também assegurará a saúde psicológica da mãe”, justifica Waldeck.

2621-0505

Gabinete 11

vereadorwaldeck@gmail.com



Drama dos judeus lembrado na Câmara

A lembrança da barbárie que tirou a vida de mais de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, foi o tema da sessão solene realizada na Câmara de Vereadores em abril. Promovida por entidades judaicas e movimentos pela paz, contou com a participação de Aleksander Laks, da Associação dos Sobreviventes do Holocausto; Alberto Hasson, da Comunidade Judaica de Niterói; Tobias Frydman, do Centro Israelita; e Luiz Benyosef, do Memorial Judaico de Vassouras, entre outros convidados.

— Eu tinha 13 anos quando sobrevivi a caça aos judeus escondido com dezenas de crianças. Presenciei muitas serem mortas apenas porque choravam. Foram experiências que marcaram a minha vida — contou Aleksander Laks.



A cerimônia solene em que a Câmara de Vereadores reverenciou as vítimas do Holocausto

Desde 2006, o Holocausto é lembrado na Câmara por força de lei municipal. Por iniciativa do presidente Paulo Bagueira, que abriu a sessão solene, tramita o projeto de lei 49/2012, para que a Rede Municipal de Educação inclua no currículo escolar informações sobre a tragédia vivida pelos judeus.

— É importante que crianças, jovens e adultos, tenham conhecimento dos horrores vividos pela comunidade judaica durante o Holocausto. Discriminação de qualquer tipo, seja racial, econômica ou de opção sexual, não pode ser tolerada — ressalta Bagueira.

Depois de aberta a sessão passou a ser presidida por Luiz Benyosef, responsável também pela exposição de fotos montada no hall da Câmara, aberta à visitação pú-

blica até o fim de abril. Fotos, informações históricas, mapas e trabalhos produzidos por crianças da rede pública fazem parte da exposição.

Também contribuíram para a realização do evento a Associação David Frishman de Cultura e Recreação; a Sociedade Hebraica de Niterói, a Bnai-Brith, e a organização feminina Wizo-Centro Scylla Schneider de Niterói. A Secretaria Municipal de Educação foi representada pela professora Palmira Silva.

A escolha do mês em memória às vítimas do nazismo marca a data do Levante do Gueto de Varsóvia, que aconteceu em 19 de abril de 1943, quando os judeus e poloneses combateram por 40 dias as tropas do exército alemão, comandadas por Hitler.

Vereadores recebem diretor da Águas de Niterói

A Câmara de Vereadores recebeu, no início de abril, a visita de Nelson Gomes, novo superintendente da Águas de Niterói. Ele substitui Dante Luisotto, falecido recentemente. Na reunião, promovida pelo presidente do Legislativo, Paulo Bagueira, o superintendente fez um balanço do trabalho da concessionária; das ações da Câmara que promovem um elo entre a comunidade e a empresa, através de críticas e sugestões. “O Dante é uma pessoa insubstituível. Trabalhamos juntos por 12 anos, mas posso garantir que farei de tudo para garantir a qualidade do serviço que prestamos”, disse Gomes.

Águas de Niterói atua em Niterói desde 1999, conseguindo, neste espaço de tempo, oferecer distribuição de água para quase 100% dos bairros da cidade. Até 2016, a concessionária se compromete a concluir as obras de esgotamento sanitário em toda a cidade, construindo, conforme previsão inicial, cinco estações de tratamento na Região da



Nelson Gomes, superintendente da Águas de Niterói, com Bagueira

Grande Pendotiba. “Vamos construir dois reservatórios de água potável. Um terá início, ainda este ano, na Região Oceânica e, outro, no bairro de São Francisco. Também estamos iniciando as obras de coleta e tratamento de esgoto na Ilha da Conceição”, disse Gomes.

Após a repentina morte do engenheiro Dante Luiz Luisotto, a Câmara, em iniciativa conjunta de todos os vereadores, aprovou o projeto de lei 32/2012, dando o nome dele a uma rua do bairro do Badu. Ele morreu aos 57 anos, dia 29 de março. Era natural do Estado do Rio de Janeiro, casado e deixou três filhos e duas netas.

Emoção na festa dos 100 anos de Pimentel



O centenário jornalista, poeta e escritor, Luiz Antonio Pimentel, recebe a homenagem da Câmara de Niterói

Muita emoção e uma verdadeira aula de história marcaram a sessão plenária realizada pela Câmara para homenagear o centenário do jornalista Luís Antônio Pimentel. Presidida pelo vereador Paulo Bagueira, contou com as presenças do secretário municipal de Assistência Social, Michel Saad, representando o prefeito Jorge Roberto Silveira (PDT); de Continentino Porto, presidente do Sindicato dos Jornalistas; de Gentil da Costa Lima, da diretoria do Sindicato; de Carlos Mônaco, do Grupo Mônaco de Cultura; e de Neide Barros Rego, eleita intelectual do ano; entre outros convidados.

— Foi muito difícil decidir que tipo de homenagem poderíamos fazer para o Pimentel. Ele é uma das personalidades mais agraciadas pelo Legislativo, já tendo recebido medalhas, diplomas, troféus, moções e todo tipo de honraria. Mas não poderíamos ficar de fora de um momento tão significativo para a cultura da cidade

— disse o presidente Paulo Bagueira.

Ao receber a placa de Congratulação e Aplausos das mãos de todos os vereadores presentes, Luís Antônio Pimentel disse que era uma das “homenagens mais bonitas” de que tinha participado, e aproveitou para dar uma aula de história.

— Vi essa cidade nascer para a forma como está hoje. Presenciei suas ruas descalças, seus primeiros projetos de urbanização e de saneamento. Iniciei uma luta incansável pela volta da Praça dos Três Poderes com o monumento em homenagem à República, aqui em frente à Câmara. Considero esse projeto de praça cívica como o mais bonito do Brasil. Tenho essa cidade como fonte de inspiração — ressaltou Pimentel.

Os vereadores André Diniz e Waldeck Carneiro, que já passaram pelas secretarias municipais de Cultura e de Educação, respectivamente, lembraram a figura sempre presente do jornalista nas atividades culturais promovidas pela cidade.

— Aprendi mais sobre Niterói depois de uma hora de conversa com Pimentel do que em longas pesquisas literárias — disse André Diniz.

Waldeck Carneiro, por sua vez, lembrou que “aos cem anos Pimentel continua sendo um incentivador da leitura e acaba de debutar no teatro com a montagem de peça baseada numa de suas obras. Continentino Porto lembrou que Luís Antônio Pimentel possui a carteira número um do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro.

Precursor no Brasil do Haikai

Nascido em 29 de março de 1912, no município de Miracema, poeta, professor, historiador, memorialista, membro das academias Fluminense e Niteroiense de Letras e jornalista. Luís Antônio Pimentel, completou 100 anos dia 29 de março em plena atividade intelectual.

Celebridade mundial, Pimentel consta de um grupo que reúne 1.544 personalidades internacionais de 135 países. É o mais novo membro da Associação Internacional de Escritores e Artistas. A entidade é vinculada à Unesco, à Universidade de Cambridge e à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

Entre os colegas do seleto grupo de celebridades internacionais estão

Eugene Ionesco, Melina Mercury, Fidel Castro, Dom Pedro Casaldáliga, Isabel Allende e Rigoletto. Do Brasil, fazem parte Frei Beto, Leonardo Boff, Fernando Henrique Cardoso, Ariano Suassuna, Thiago de Mello, Nelida Piñon, Carlos Drummond de Andrade, Jorge Amado e João Cabral de Mello Neto.

Pimentel é um dos precursores do haikai no Brasil, responsável pela divulgação deste estilo de poesia ao lado de Helena Kolody. Tem parte na cunhagem definitiva do termo haikai em língua portuguesa quando, estudante da Faculdade de Filosofia, da Universidade do Brasil, encaminhou a Aurélio Buarque de Holanda, por intermédio do gramático Celso Cunha, o pedido de dicionarização, evitando que o termo se dispersasse em outras transliterações como hai-cai, haikai, haikai, haiku, hai-ku e hokku. Com seu livro “Namida no Kito”, obra escrita em português no Japão e traduzida para o japonês em 1940, Pimentel se tornou o primeiro autor brasileiro traduzido para o japonês que se tem notícia.



Arquivo guarda a planta do primeiro arruamento

Encomendada pelo juiz de fora José Clemente Pereira, então presidente da Câmara de Vereadores da Villa Real, em 1819, uma cópia do “Projecto de Edificação da Nova Villa Real da Praia Grande”, é a mais recente relíquia histórica a fazer parte do acervo do Arquivo de Documentação do Legislativo.

Produzida pelo arquiteto francês Arnaud-Julien Pallièri para Dom João VI, sobre esboço do major engenheiro Antônio Rodrigues Gabriel de Castro, teve como objetivo o arruamento e o ordenamento da parte central de Niterói.

— Com a vinda da família real para o Brasil, a colônia, como um todo, passou por um processo de modernização, e o ordenamento urbano, arruamento e novos marcos geográficos eram necessários — explica Rubens Carrilho, chefe do Arquivo.

Foi o atual presidente do Círculo Monárquico Dom Pedro II, Francisco Tomasso de Albuquerque, quem, no início deste ano, conseguiu encontrar o original da planta no Museu da Sociedade Geográfica de Lisboa, em Portugal. “Tomasso foi à Europa em busca dessa pesquisa histórica e a encontrou na Torre do Tombo. Encomendamos uma cópia e ela agora faz parte de nosso acervo”, ressalta Carrilho.

Entre os detalhes curiosos podem ser observados claramente no documento a Lagoa dos Passarinhos, entre os bairros do Centro e São Lourenço, alimentada pelo canal da Ponta da Armação. A Rua São Lourenço, por exemplo, só possuía o lado direito de quem sobe em direção ao Ponto Cem Reis. A esquerda era banhada pela lagoa. A chamada igreja perdida de São João Batista de Carai, que ficava provavelmente numa elevação entre o Campo de São Bento e a Rua Belisário Augusto, é outro fato desconhecido pela maioria.



Rubens Carrilho e a restauradora Regina Martins Figueiredo examinam a planta do primeiro arruamento de Niterói, encomendada pelo juiz de fora José Clemente Pereira ao arquiteto francês Arnaud-Julien Pallièri

No mapa original constam, ainda, o traçado das ruas da Direita (hoje da Conceição), do Infante (atual Marechal Deodoro), da Praia, da Rainha, do Príncipe, Nova d'EL-Rei, de São Carlos e Nova do Paço. Também fazem parte do mapa desenhado por Pallièri as travessas da Memória e da Divisão; a Estrada Real de São João e a Casa de Câmara e Cadeia.

Acredita-se que apenas dois originais foram feitos em 1821. Além do guardado em Lisboa, o outro teria sido comprado por um historiador americano, e estaria hoje num museu da cidade de Boston, nos Estados Unidos. Agora os restauradores do Arquivo estudam um local e a melhor maneira para que estudantes e pesquisadores tenham acesso a documento tão valioso.